



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC

Aos **vinte e sete** dias do mês de **abril** de **dois mil e vinte e um**, às **quatorze horas**, em **segunda** convocação de sua reunião ordinária, deu-se início à reunião virtual do Comphac, através da Plataforma Zoom. Registraram presença: **Washington Freitas**, Presidente do COMPHAC, e os Conselheiros, **Álvaro Miralheta**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo; **arq. Sonia Di Maio**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, e seu suplente **Robson Bernardo**; **Marcelo da Silva Reis**, representante da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, e sua suplente **Isabela Jonatta Janson**; **arq. José Nazareth da Silva Junior** representante da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras da Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SGHO, e seu suplente **eng. Rafael Mazzetti Rosella**; **arq. Claudia Maria Almeida**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **eng. Vitor Chuster**, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos; **Profª Valeria Regina Zanetti** representante da Universidade Vale do Paraíba - Univap; **Sergio Francisco Theodoro** representante da Agemvale, pela Erplan; **arq. Profª Dilene Zaparoli**, representante da Universidade Paulista – Unip; **Dra Marta Rizzi Daniel**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **arq. Gilberto Alves da Cunha**, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB; **arq. Ricardo Veiga**, representante da Sociedade Amigos do Parque da Cidade Roberto Burle Marx – SAPCRBM, e seu suplente **Guilherme Calió Cicerone**. Os conselheiros **Maurílio Calvo Filho**, representante do Clube de Joseenses e Amigos; e **Edo Paiotti**, representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos, justificaram suas ausências. O presidente do Comphac, Washington Freitas abre a reunião, cumprimenta e dá boas-vindas aos conselheiros agradecendo a presença de todos. Washington solicita aos conselheiros que registrem seus nomes e instituições no “chat”, como comprovação da respectiva presença que será anotada pela equipe da Diretoria de Cultura e Patrimônio da FCCR e solicita à arq. Sonia Di Maio que apresente a pauta do dia na tela. Washington solicita aos conselheiros a permissão para inversão de pauta, puxar o terceiro assunto, para assim, contribuir com a participação do Sr. Aldo Zonzini, Diretor Executivo da Afac, que está no dia de hoje, em comemoração pelos 97 anos do início da construção do Vicentina Aranha. Washington parabeniza Aldo pela nova gestão no Parque Vicentina; importante “Patrimônio” da cidade; apresenta o novo Diretor de Cultura e Patrimônio, Álvaro Mirapalheta, que estava na Gestão de Contratos da própria FCCR, e sucede a James Domingos que foi contribuir com o Secretário Antero Alves, na Secretaria de “Bem Estar Social”. Washington justifica a ausência de Ângela Tornelli, passando a palavra ao Diretor de Cultura e Patrimônio, que cumprimenta a todos agradecendo o momento e o



convite. Tendo os conselheiros concordado com a inversão da pauta, Washington Freitas enceta com o **terceiro assunto** da pauta, **conhecer, discutir e deliberar acerca da “Proposta de Implantação de um Paraciclo” no Parque Vicentina Aranha (PI280/SG/2021)**. Washington pede à arq. Sonia Di Maio que partilhe em tela o material, e passa a palavra ao Zonzini que agradece ao Washington pela parceria e participação nesta comemoração dos 97 anos do Vicentina Aranha; tece comentários favoráveis à sua gestão como Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo – FCCR, como seu sucessor, demonstrando sua alegria e satisfação por ver sua sensibilidade e capacidade para desenvolver um belo trabalho frente à “querida” instituição; parabeniza a indicação de Álvaro para Diretoria de Cultura e Patrimônio, desejando-lhe sucesso e prosperidade na trajetória desse novo e grande desafio dentro da entidade. Álvaro agradece e diz ser mais fácil assumir uma Diretoria dessa, tendo pessoas como Aldo Zonzini e o Washington, para seguir. Aldo agradece e retoma a pauta citando a recorrente demanda da comunidade para criação de um paraciclo junto ao Vicentina, por conta do crescente uso desta modalidade de transporte, a bicicleta. Aldo informa que nos últimos 5, 6 anos esta modalidade teve um aumento expressivo dentro da cidade, devendo ser acolhida pelas reconhecidas condições benéficas atribuídas; acrescenta que a proposta é acomodar as bicicletas de forma a não interferir nas características do Patrimônio, realizando mínima intervenção, sem supressão de qualquer espécime arbóreo, apenas o deslocamento do gradil; que poderá ser explicado com maiores detalhes pelo arq. Felipe. Zonzini acrescenta que hoje as pessoas estão prendendo suas bicicletas de forma espalhada, sem nenhum critério, ao longo do gradil, esteticamente estranho e pejorativo à imagem do referido Patrimônio; fazem isso por receio, medo e preocupação de deixar estas bicicletas em qualquer local, que por vezes chegam a custar 10, 20 até 30 mil reais, buscando, portanto, o mínimo de segurança no local onde deixam suas bicicletas quando vão ao parque realizar suas atividades. Aldo agradece e passa a palavra ao arq. Felipe Ferri que inicia sua explanação com base no material partilhado em tela, previamente enviado aos conselheiros. Felipe agradece a oportunidade de falar para este conselho, e reforça a fala de Aldo, citando que a Afac realiza a gestão do parque buscando equilibrar a demanda do público com a “Preservação” do espaço, ou seja, desde que haja respeito ao Patrimônio Tombado. Expõe que dentro do contexto da intensificação do uso da bicicleta, a grande demanda por paraciclos, fez a prefeitura tornar sua instalação pela cidade uma política pública, incentivando assim, ainda mais o uso deste modal de transporte. Como o Vicentina Aranha é um aglomerador de pessoas deste tipo de esporte, ao se destinarem para caminhada, a Afac buscou uma proposta minimamente invasiva, atendendo um número razoável de ciclistas, 22 bicicletas amarradas ao suporte, em uma área anexada ao passeio público, já com a devida anuência da Secretaria de Mobilidade Urbana. A bicicleta não terá acesso ao



parque (hoje apenas até aro 14 - para crianças pequenininhas), não passará pela portaria, não tráfegará pelo caminho interno do pedestre; irá pela via pública somente até o recuo da grade proposto. Os painéis do gradil, serão apenas recuados em 2,20m para dentro da área do parque, para criação do paraciclo, e reutilizados. A área proposta fica na frente do terreno, para a lateral direita da portaria principal, defronte à área das barras suspensas utilizadas para exercícios físicos. A implantação caracteriza-se por um dispositivo simples de tubos em forma de círculo completo, na mesma cor da grade. Felipe finaliza apresentando o descritivo da prefeitura, acrescentando que é eficiente e eficaz. Washington acrescenta que ele mesmo constatou a real demanda e considera pertinente a criação deste paraciclo, e abre para os conselheiros que queiram fazer uso da palavra. Arq. Dilene pede a palavra e esclarece suas dúvidas. Arq. Felipe reforça o conceito "paraciclo" e não bicicletário, por ser este último fechado e com controle de acesso, sendo o paraciclo apenas um suporte de fixação onde a própria pessoa tem a responsabilidade de estacionar sua bicicleta sem a necessidade de um controlador, e que o fato de ser ao lado da portaria, dá a sensação de maior segurança aos ciclistas. Conselheiro Theodoro pede a palavra e diz achar a ideia sensacional no sentido de estimular as pessoas a utilizarem mais a bicicleta, mas apresenta sua preocupação quanto aos dois conjuntos de equipamentos de ginástica, que foram instalados um para cada lado da portaria, por conta da alta demanda à época que ele foi Secretário de Esportes. Felipe reforça que nenhum dos dois serão removidos, havendo um espaço de pouco mais de 3m, sobrando ainda, 1,15m de distância da barra para o gradil. Theodoro agradece, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, Washington colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Aldo agradece a todos os conselheiros, inclusive quanto a compreensão da importância da proposta e se despede, agradecendo também ao arq. Felipe que se despede. Washington agradece também ao arq. Felipe e retoma então, ao **primeiro assunto** da pauta, **conhecer, discutir e deliberar** acerca da solicitação da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de São José dos Campos-SP, para execução e instalação de placa Informativa para 2 (duas) árvores declaradas "imunes de corte" por Decreto Municipal (PI279/SG/2021). Washington passa a palavra à arq. Sonia Di Maio informa que o Departamento de Turismo produziu placas para sinalização de duas árvores com Decreto de Imunidade de Corte. Uma para o Jequitibá-Rosa, no Eugênio de Melo e outra para a Samanea saman, conhecida como Árvore da Chuva, no Complexo da Tecelagem Parahyba - Parque da Cidade. Esclarece que a equipe de turismo não sabia dos direcionamentos do Comphac acerca do desenvolvimento de uma proposta de comunicação visual para o Parque da Cidade, que contenha normatização, padronização de material, harmonia de linguagem, cuidado com a acessibilidade informativa, e demais deliberações do conselho. No caso do



Jequitibá, já instalaram a placa, no caso do Parque da Cidade, a equipe foi informada a tempo, e não chegou a instalar. Sonia informa que a proposta de comunicação visual é apenas para os casos das árvores em questão; ao que a Diretora de Turismo, Aline Arantes veio apresentar e esclarecer as dúvidas dos conselheiros. Sonia apresenta a Diretora de Turismo, Aline Arantes ao conselho e partilha em tela o material a ser apresentado por ela. Aline cumprimenta a todos dizendo que através do Comtur (Conselho Municipal de Turismo), o dia de hoje também é celebrado, por ser o Parque Vicentina Aranha um dos maiores atrativos turísticos da cidade, além de toda qualidade de vida que proporciona; na sequência, inicia sua apresentação informando que o projeto de sinalização arbórea foi desenvolvido em conjunto com a Seurbs, através da Divisão de Parques e Áreas Verdes, com a Diretora Andrea Sundfelder, e o Departamento de Comunicação da Prefeitura. Relata que a ideia surgiu com o programa "City Tour São José", que é integrado pelas duas árvores. O Jequitibá é um dos locais de maior destaque, sempre com sucesso dentro do City Tour; escolhido para fotos e "contação de história"; assim como a Samanea saman. Creditando a possibilidade de levar informação para quem, de forma independente, passa pelo local, a equipe escolheu esses dois exemplares para iniciar o projeto de sinalização arbórea. Aline apresenta o texto elaborado e o material adotado para sinalização. Placa de alumínio de 4mm de espessura, com 55cm x 30 cm, texto adesivado e pintura acetinada na cor cinza, fixados em mourões de madeira ecológica, chumbados ao solo com cimento. Washington fala que a arq. Isabela, da Seurbs, manifestou-se no chat da reunião recomendando que o chumbamento da placa fique mais enterrado que o apresentado na foto, visando melhor acabamento. Arq. Sonia pede a palavra e acrescenta um fato a ser levado em consideração, na análise da comunicação proposta para o Parque da Cidade, que coaduna com o alerta do Comphac. Sonia informa que outras placas foram confeccionadas (em PVC com adesivagem e cores variadas; tamanho de folha sulfite - material apresentado em tela), e encaminhadas pela SMC- Secretaria de Manutenção da Cidade, para deliberação do Comphac, após emissão da pauta do dia, com informações sobre a abelha guaxupé para instalação dentro do Parque da Cidade. Placas que apresentam variação de cor, material e estrutura, em relação à placa para a Samanea. Arq. Robson pede a palavra e esclarece que a pretensão da SMC é de amarrar as placas nos troncos das árvores, com arame fino, em sua maioria, em outros casos não sabem bem como prender, pois, estão nas paredes dos prédios/Patrimônios, como no muro da residência Olivo Gomes e nas instalações da fábrica. Washington pede ajuda, mas acredita que no caso das árvores o material precisa ser diferenciado mesmo, para não agredir visualmente a paisagem e abre a palavra aos conselheiros. Eng. Vitor Chuster pede ajuda aos técnicos da GPH quanto às definições do Plano de Manejo com relação à comunicação visual para o Parque da Cidade, lembrando que o Plano de Manejo é o referencial dessa



área. Arq. Robson informa que o Plano de Manejo vigente tratou somente de questões administrativas e Legais, abandonando o direcionamento em relação à essas questões do Parque. Portanto, não há previsão neste sentido, dizendo que o grande anseio por parte do Patrimônio é ver traçado esse direcionamento de comunicação visual para o Complexo, sendo sua ausência, o motivo que acarreta todo esse problema, pois de tempos em tempos, volta e meia, surge uma ideia solta para o conjunto. Sempre um dilema, por não ter essa linguagem, uma única comunicação visual determinada para todo Complexo. Situação até hoje não concluída, tendo sido analisada uma proposta pelo Comphac, em 24 de setembro de 2019, com orientações para reapresentação, porém isso não ocorreu, estando o Comphac no aguardo como citado em ata. Arq. Veiga pede a palavra e reafirma a necessidade de se desenvolver um projeto de comunicação visual geral, tanto para placas pequenas, como para placas grandes e comemorativas, e reforça o dito, que há muito o Comphac aguarda por solução e chegamos em situações como essa que nos geram até constrangimentos. Quanto a comunicação das placas das árvores, sugere que a estrutura seja mais esbelta e que realmente siga a recomendação da arq. Isabela, de que o bloco seja mais enterrado, e a grama passe por cima, atribuindo melhor acabamento ao conjunto. Enxerga ser fundamental o desenvolvimento de uma proposta global, para não gerarmos uma "Babilônia" de projetos e sempre em cima da hora. Washington faz a leitura do manifesto do Marcelo Reis da Seurbs, através do chat, lembrando o fato de que todo Complexo está sob o processo de Tombamento Provisório do Iphan - nº 1368-T-1996, desde 10 de dezembro de 2020, e que qualquer intervenção deve ser comunicada ao órgão federal, e propõe o desmembramento da análise das placas do Jequitibá-Rosa e da Samanea, das placas das abelhas. Eng. Vitor se manifesta no entendimento de se desmembrar a situação do Jequitibá, do Parque da Cidade como pertinente, porém que no caso do Parque da Cidade, não vê que haja condições de se tratar "em picadinho" o assunto, com tudo que foi exposto e pela recorrência dos fatos. Quanto ao Iphan, entende ser um fato marginal ao fato da deliberação do Comphac, sem com isso tirar sua importância, porém no que se refere às deliberações do Comphac, agora se não insistirmos na uniformização das deliberações, toda vez retomaremos a este problema. Após a aprovação da uniformização, ainda restará a questão do posicionamento que a equipe técnica da GPH-Gerência do Patrimônio Histórico, tem plena condições de resolver, mas que a comunicação global tem que vir de alguém da prefeitura. Uma situação que está se prolongando demais. Acha a proposta interessante, e por conta disso endossa a separação do Jequitibá. Washington coloca a proposta em votação e os conselheiros aprovam por unanimidade a separação dos assuntos, deixando para votação apenas a placa do Jequitibá-Rosa. Colocada a placa do Jequitibá em votação, essa foi aprovada por unanimidade com endosso das propostas dos arquitetos Veiga e Isabela, quanto ao tratamento da estrutura de forma mais



esbelta e um maior aprofundamento do chumbamento da estrutura no solo, permitindo o recobrimento com terra e grama. O Comphac define pela oficialização à prefeitura e deixa claro ainda, que tão logo a prefeitura se manifeste com a proposta de comunicação global para o Parque, este conselho se colocará à disposição para análise. Aline agradece a oportunidade e por ser ecológico, deixa o material e projeto a disposição do conselho. Washington passa ao **segundo assunto** da pauta, **conhecer, discutir e deliberar** acerca do Projeto de "reformas localizadas na edificação situada na Rua Coronel José Monteiro, 168 - Centro". O Cine Paratodos, Elemento de Preservação Dois - EP2, através da Lei Municipal 3.358/88 de 15 de julho de 1988 (PI259/SG/2021). Washington passa a palavra ao representante das "LojasMel", Flávio Mattioli, Diretor de Expansão, que cumprimenta os conselheiros e apresenta a loja varejista de Jabaquara, São Paulo. Uma loja de departamentos com produtos variados, com o slogan "Trazer Tudo Para Todos com Amor" e antecipadamente pede desculpas por todo ocorrido, por não haver interpretado e tratado da forma correta o Patrimônio, completando que irão apresentar um projeto que cuide do Patrimônio como eles Preservam a própria história da empresa com 42 anos no mercado brasileiro; e agradece a todos de antemão. Arq. Sonia partilha o material enviado pela arq. Sabrina Barros (contratada pela "LojasMel"), e pede para que ela faça a apresentação projetual e posteriormente o arq. Robson fará a apresentação do relatório de vistoria e suas colocações. Sabrina se apresenta e informa que o projeto trata da "Reforma e Implantação de Novo Comércio" no Patrimônio - Cine, com breve linha do tempo sobre o Cine Paratodos até o momento da implantação das "LojasMel", indicando pequena inserção da comunicação visual na fachada, incluindo uma faixa vermelha na marquise e depois vai explanando toda propositura de uso, com base na situação atual do imóvel, após as interferências efetuadas pela empresa. As "LojasMel" locou o imóvel em quase toda sua totalidade, excetuando-se por duas lojas à direita da entrada principal. Exemplifica que a loja é a cara do comércio do centro de nossa cidade. Sabrina expõe que no início do desenvolvimento projetual houve o entendimento de que a legislação de preservação para EP-2 tratava apenas da Preservação da fachada, e que o restante era passível de intervenções. Foi dada entrada junto à prefeitura no projeto de pequena reforma para remoção dos boxes, pintura do imóvel. E ao longo da reforma foram constatadas algumas necessidades para implantação deste comércio, e que devido a interpretação da legislação, e "não sendo omissa a informar, mas pelo fato do fluxo de obra mesmo", foi necessário realizar essas intervenções. Apresentou planta com demarcação das alvenarias demolidas, boxes removidos, escada demolida, e novo layout proposto. Sabrina informa que o impacto no foyer é a demolição das bilheterias, e "que durante a reforma, por este imóvel ser muito, muito antigo, houve um problema muito grave de água pluvial, que fez com que o ladrilho do foyer afundasse", perdendo parte do ladrilho do foyer, que precisou ser reformado,



criando um nivelamento (enchimento do solo), entre a entrada e o piso da plateia. Paredes da divisa do foyer para a área da antiga plateia foram removidas. Fechamento das janelas da bilheteria com drywall. Acrescentou que “a arquibancada não pode mexer em hipótese alguma, nem adentrar, é acesso restrito por conta de bombeiro”. Disse que na escada lateral direita do prédio foi inserida uma plataforma de acesso para o elevador, acessibilidade vertical, o patamar da escada da lateral esquerda foi isolado e informou que o sistema da rede de águas pluviais precisou ser totalmente refeito. O piso superior será praticamente para o uso administrativo da loja. Sabrina detalhou mais o projeto e concluiu informando que a proposta é refazer o ladrilho hidráulico e as bilheterias. Washington agradece à Sabrina e passa a palavra ao arq. Robson que informa que em junho deste ano, o Paratodos completará 80 anos, sendo um exemplar da época áurea do cinema, impactante na cultura mundial e joseense, dentro da linguagem do art déco, que foi a linguagem arquitetônica encampada pela cultura americana para traduzir as salas de exibição. Robson discorre todo seu apogeu e declínio, sentindo-se desalentado com tudo que se depara neste caso. Faz menção ao relatório elaborado e enviado aos senhores conselheiros, apontando toda destruição ocorrida nesse Patrimônio, sente-se atropelado pelos fatos, que não podem ser atribuídos a uma ignorância de conhecimento, porque o arquiteto que se responsabilizou pela licença de “pequenas reformas” junto à prefeitura foi o arquiteto que ficou na Gerência de Patrimônio Histórico por três meses discutindo a respeito das intervenções à época do Shopping Paratodos, que passou pelo Comphac e foi aprovado, porque manteve as características básicas; atropelado pela não observância da Lei e o significado do Elemento de Preservação - que requer que qualquer tipo de intervenção seja informado ao conselho - isso foi ignorado, sendo adotado que o importante é apenas preservar a fachada. Robson coloca que “Tudo parte de um princípio – está na Lei – toda e qualquer intervenção sobre um Bem Preservado, exige apreciação por parte do Comphac”. Sendo totalmente descaracterizado naquilo pelo qual o Cine foi “Preservado”, não existe mais a ambiência do foyer. Sem contar que iniciaram a obra sem aprovação da Prefeitura. Arq. Robson passa a palavra à arq. Sonia que apresenta o relatório elaborado pelo Robson, esclarecendo a propositura do GPH desde 2003, e explanou sobre as compartimentações do Cine nas locações partilhadas efetivadas. Esclarece a leitura que se faz do prédio no seu uso primitivo e o que se perdeu com toda alteração encontrada, destacando o diferencial de ser um público pagante com valor diferencial por assistir às apresentações a partir do pulman, que tinha acesso diferenciado “da geral”, comprando o bilhete e subindo pelas escadas laterais, chegando ao foyer superior, outra área de acolhimento, sem “se misturar” com o público da plateia do térreo. Apresenta a visão técnica do que fere a leitura e onde se perde o ponto de referência com os danos acarretados. Arq. Robson pede a palavra e exprime o conceito da importância do uso do ladrilho



hidráulico destacadamente dentro da história da cidade, que começou sua importância para o Brasil na Fase Sanatorial, sendo para a cultura local muito importante a existência deste conceito que transfigurou o valor da cidade, porque São José dos Campos iniciou sua urbanização através do Departamento Sanitário, momento em que os governantes tinham uma formação de engenharia ou sanitária, sendo uma das primeiras cidades do Brasil a ter código de postura, que determinava alguns aspectos da construção civil que deveriam ser obedecidos, sendo o ladrilho hidráulico um fator obrigatório à boa higienização, com todos os acessos largos e ventilados. Uma importância para saúde e para urbanização. Ao finalizar, a arq. Sonia Di Maio passa a palavra ao arq. Gilberto Cunha vê uma sucessão de erros, entende o Robson e lamenta a falta de consulta ao Comphac, bem como a morosidade no tempo de tramitação projetual. Sente-se consternado com todo processo, destacando ser lamentável a instalação da plataforma no local indicado, que descaracteriza o elemento local. Reforça que sejam tomadas todas as outras medidas deliberadas pelo Comphac. Acrescenta que as coisas precisam acontecer da forma como elas precisam ser feitas; os ajustes não podem acontecer por uma boa vontade ou compreensão do Comphac para acertar as coisas de forma que chegue a um consenso, mas sim pelo fato de que entendemos que todos os usos, cada qual, demanda por uma solução diferente, para que eles ocorram. O consenso é possível se pensado desde o começo na consulta ao conselho. Cinema de uma cidade pequena, porém de profundo valor. Porque para tudo há razões na memória. Há que se ter a aproximação com os valores da cidade, valores que foram bastante comprometidos. Reforça que sejam tomadas todas as outras medidas deliberadas pelo Comphac. Acha muito estranha a apresentação dos fatos quanto ao problema pluvial, sem registro de imagens, com os danos desde a cobertura até o piso, em todo percurso. Gilberto passa a palavra à arq. Dilene e manifesta sua opinião quanto ao fato de ser bom chegar uma empresa nova na cidade, porém, também gostamos que essas empresas entendam a importância de nossa história, da nossa memória. Ter um painel que remeta à história, não é apreço a nossa memória. Reconstruir não é o original, nós perdemos, e nossas premissas não podem ser encaradas como pequenas. Que os prédios históricos da cidade estão de pé, graças às pessoas engajadas como os representantes deste conselho, para que as próximas gerações entendam um pouco o que foi São José. Enquanto arquiteta, lamenta a postura do arquiteto contratado pela empresa, e espera que ele seja penalizado, não só porque cometeu um crime contra o Patrimônio, mas também, falta ética, sendo um dos princípios atender a legislação pública. E não entende como começaram essa obra sem aprovação. Outra questão é o projeto, que está muito complicado para compreensão do que é, o que foi, e o que se pretende para o referido Patrimônio. Registra que espera que haja empenho para que este fato sirva de exemplo para nossa cidade e profissionais, que realmente haja penalidades. Washington



agradece e passa a palavra ao eng. Vitor Chuster que inicia expondo ao representante Flávio que ele deve ter visto o desabafo de alguns conselheiros, e diz que São José é uma cidade um pouco diferente; que temos um apreço pela história e pela cidade; que somos poucos, verdade, mas somos briguentos. Lembra que o Flávio iniciou dizendo que ele queria encaixar o seu projeto na cidade, mas que seu encaixe foi desastroso, inaceitável, um crime. Remetendo à presença da representante da OAB, fala que eles não cometeram um ilícito, mas um crime, Lei Ambiental (neste momento a representante da OAB, Dra Marta Rizzi registra no "chat", que temos aqui com certeza, um crime contra o Patrimônio). Vitor expõe que isso dá cadeia, caso não saiba, a desculpa não serve neste momento. São José é muito diferente de São Paulo por exemplo. Às palavras da Sabrina, explica, aqui não é reforma, Patrimônio Cultural edificado, "Preservado", é projeto de restauro! Essa intervenção é desastrosa, inaceitável, clandestina e irregular. Acrescenta: "Robson, sua indignação é a de todos nós". Algumas decisões foram tomadas em 24.03.2021, e diz que elas estão valendo, entende o lapso de tempo, mas espera como foi dito, que sejam encaminhadas. Protocolo não é direito, nem permissão para ninguém efetuar uma intervenção. Concorda com a manifestação do Gilberto quanto ao fato de não encaminharem o problema do sistema pluvial para análise da GPH e ou Comphac. Esse é caso de polícia. Viu e endossa a indignação na fala da arq. Dilene e confirma que o painel histórico não resolve, o problema é muito maior. Jamais dilacerar. Vitor informa que embora o Comphac ainda tenha que realizar as formalizações quanto as deliberações do dia 24.03.2021, a Associação de Engenheiros e Arquitetos – AEA de São José dos Campos, encaminhou denúncia ao Ministério Público, tamanha indignação que os profissionais ficaram, hoje isso já é um objeto de inquérito civil público. Concorda que se houve punição, esta deva ser exemplar. Neste momento a conexão de Vitor Chuster caiu, Washington então retoma e passa a palavra ao arq. Veiga que diz, como último da fila, tudo que poderia pensar em dizer já foi dito e agora se preocupa com as tratativas projetuais daqui para frente; endossa tudo que foi dito pelos colegas e pergunta se a arquiteta que apresentou o projeto aqui hoje é a mesma que deu entrada na prefeitura, lá no começo, para pequenas reformas, ao que a própria arq. Sabrina esclarece dizendo que quando as "LojasMelo" teve a pretensão de fazer a retirada dos boxes e a pintura do imóvel, a contratou para dar entrada na documentação, não sendo responsável pela execução de obra, tão pouco autoria de projeto. Efetuou apenas a junção da documentação e deu entrada junto à prefeitura apenas para os serviços já mencionados. Posteriormente, após o embargo, o escritório foi contratado para dar entrada junto ao Comphac, para adequação do projeto às obras; estando neste momento aqui para entender o que precisará ser feito para restaurar o Patrimônio. Cabendo ao escritório a responsabilidade daqui para frente. Vitor retoma a palavra dizendo que já colocou tudo que gostaria de falar, mas que agora precisamos resolver o



problema, mantendo tudo o que disse. A resolução desse problema passa pelo seguinte caminho: Que o DPH estabeleça claramente as diretrizes pelas quais um projeto de restauro desse Elemento, deva passar. A proposta encaminhada hoje, não pode ser aprovada em hipótese alguma. Conclui que as definições pontuadas pelos técnicos foram muito bem definidas e precisam ser apresentadas ao Conselho para orientação ao futuro projeto de restauro a ser elaborado, com cronograma. Arq. Dilene questiona se o Comphac exige a comprovação da experiência em projetos de restauro, ao que a arq. Sonia responde que não, somente quando o projeto é para própria FCCR, cabendo esta decisão ao proprietário, mencionando que a especialização nunca foi incorporada às exigências solicitadas pelo Comphac. Gilberto destaca que mesmo com a declaração de estar apenas acompanhando os tramites documentais, o profissional técnico já é responsável. Washington entende a indignação do conselho, coloca em votação a proposta do eng. Vitor Chuster, para suspensão da votação até a definição dos parâmetros de Preservação por parte da equipe da GPH e posterior encaminhamento para deliberação do Comphac, para futura orientação aos interessados. Colocada em votação, a proposta do eng. Vitor foi aprovada por unanimidade. Os conselheiros fazem uso da palavra para manifestar a preocupação quanto ao trâmite de aprovação junto à prefeitura, e deliberam que o senhor presidente fará o contato e a formalização para o reforço e alerta dos trâmites para Bens Preservados, junto à prefeitura. Flávio diz que minimamente cabe pedir desculpas e cumprir com o estabelecido, dizendo que não vai se apequenar a entender que o negócio não foi grave porque de fato foi, e coloca que vão seguir todas as diretrizes GPH e regras do Comphac, pedindo desculpas ao Chuster, quanto à palavra encaixe que pode até parecer grosseira, e que estará junto ao Patrimônio respeitando o povo Joseense. Washington Freitas passa ao **quarto assunto** da pauta, **conhecer, discutir e deliberar acerca do Projeto de "Restauro Parcial da Capela do Sagrado Coração de Jesus para sua reabertura (Interdição imposta pela Defesa Civil)";** Washington passa a palavra à arq. Sonia Di Maio que faz breve colocação histórica e dos problemas; partilha em tela o material previamente enviado aos conselheiros, demonstrando os danos encontrados de infiltrações, rachaduras, vitrais quebrados, afundamento de piso dentro da nave central da Capela, além da falta da manutenção da pintura e da presença de insetos xilófagos; todos em maior escala na parte posterior da capela. De início pensava-se que era um problema de construção, questão da técnica construtiva versus o solo. O Comphac deliberou, então, pela formação de uma equipe para tratar o problema mais de perto, sendo um representante da Mitra, outro da prefeitura e outro do conselho do Comphac, ao que o arq. Junior da SGHO, se candidatou e deu andamento às contratações necessárias, inclusive para análise do solo novamente, porém de forma mais direcionada aos problemas diagnosticados. A prefeitura, então contratou e deu início ao primeiro escoramento



das estruturas da Capela em março de 2021, e agora o Junior encaminha mais uma etapa projetual a ser avaliada, dentro desta recuperação e restauro pretendido. O projeto de restauro parcial está sob o direcionamento do arq. Junior, que explana sobre o projeto lembrando que esse problema na capela iniciou em 2017. O serviço de sondagem denotou que o solo de argila entra em colapso com a presença de água nesta região, sendo detectado o afundamento na casa paroquial, casa agregada à capela, nos fundos, devido ao vazamento pelo sistema hidrosanitário do esgoto das pias. Foram realizados dois laudos técnicos e a estabilização através de estacas mega. Para fazer a pintura, será realizada a prospecção técnica; precisa de manutenção nos forros, porém, de forma emergencial e prioritária, neste momento, o que precisa é refazer a tubulação hidrosanitária com direcionamento sempre para a parte externa da edificação, levando o esgoto o mais afastado possível do prédio, com 1,20m abaixo do solo. Sendo esta a deliberação solicitada ao Comphac, para o refazimento do sistema de esgoto, em 3 áreas, nos fundos da edificação, com remoção do ladrilho, equivalente a três peças, escavar, remover as peças de manilha, criar novo sistema e realizar o envelopamento com cimento para impedir o vazamento novamente. Outro serviço necessário é o reparo de pequenas partes do forro da varanda da capela, que fica na parte posterior. Washington colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, conforme solicitação do responsável técnico, arq. José Nazareth Junior. Washington passa aos [assuntos de interesse geral do Conselho](#), não havendo informes por parte da Fundação Cultural Cassiano Ricardo – FCCR, indaga se algum Conselheiro tem alguma observação a fazer. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, e nada mais a tratar, o Presidente do COMPHAC, [Washington Freitas](#) agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião, a qual eu Álvaro Mirapalheta, Secretário do COMPHAC, em exercício, lavrei a presente ata, em **11 (onze)** folhas, digitadas somente no anverso, e que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, cuja aprovação se deu na reunião ordinária de **25 de maio** de **2021**.

Álvaro Mirapalheta
Secretário do COMPHAC

Washington Freitas
Presidente do COMPHAC